



## SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA

RECURSO EM HABEAS CORPUS Nº 141444 - MG (2021/0013168-8)

**RELATOR** : MINISTRO FELIX FISCHER  
**RECORRENTE** : A C D J  
**ADVOGADO** : HEITOR RODRIGUES DE SOUZA LEO - MG130672  
**RECORRIDO** : MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE MINAS GERAIS

### DECISÃO

Cuida-se de recurso em *habeas corpus* com pedido de liminar interposto por A C D J contra acórdão do TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MINAS GERAIS (HC n. 1.0000.20.549043-6/000).

O recorrente foi preso preventivamente, em razão da suposta prática do delito previsto no artigo 121, § 2º, incisos I e IV, do Código Penal.

Sustenta o insurgente a ausência de fundamentação suficiente a justificar a segregação cautelar, pois não atendidos os requisitos do art. 312 do Código de Processo Penal, aduzindo também que o Tribunal de origem agregou fundamentos para manter a prisão preventiva.

Assevera que a prisão preventiva foi decretada 3 anos após o crime, inexistindo a contemporaneidade em relação aos fatos.

Requer, liminarmente, a suspensão da eficácia da ordem de prisão decretada e a revogação da prisão preventiva. No mérito, pleiteia o provimento do recurso para que seja confirmada a liminar pleiteada.

É, no essencial, o relatório. Decido.

Em juízo de cognição sumária, verifica-se que inexistente flagrante ilegalidade que justifique o deferimento do pleito liminar em regime de plantão.

Considerando que o pedido se confunde com o próprio mérito do recurso, deve-se reservar ao órgão competente a análise mais aprofundada da matéria por ocasião do julgamento definitivo.

Ante o exposto, indefiro o pedido de liminar.

Após, dê-se vista ao Ministério Público Federal.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília, 19 de janeiro de 2021.

JORGE MUSSI

Vice-Presidente, no exercício da Presidência